

Construção Paradigmática do Empreendedorismo Social: uma Revisão Sistemática de Literatura

Autoria

Marcelo Ferreira de Souza - tchelossouza@yahoo.com.br

Prog de Mestr em Admin e Negócios/Faculdade de Admin, Contab e Economia – PPGAd/FACE - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Outro - Outra

Ana Clarissa Matte Zanardo dos Santos - aclarissa@cpovo.net

Prog de Mestr em Admin e Negócios/Faculdade de Admin, Contab e Economia – PPGAd/FACE - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Outro - Outra

Eder Henriqson - ehenriqson@pucls.br

Marilaine Quadros Becker de Souza - marilainebecker@yahoo.com.br

Outro - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Resumo

O fenômeno do empreendedorismo social emerge no contexto de crise e desafios sociais, econômicos e ambientais como qual as sociedades contemporâneas têm se deparado. Contudo, sua crescente popularidade tem sido acompanhada por um campo de análise que mistura e combina um leque diversificado de ideias e conceitos. Diante desse cenário, este artigo apresenta uma revisão sistemática de literatura acerca do fenômeno empreendedorismo social, discutindo questões que revelam como a epistemologia desse fenômeno vem sendo construída e como estão sendo conduzidas suas orientações paradigmáticas segundo os pressupostos e estruturas de paradigmas trazidas por Burrell e Morgan (1979). Com os achados desse estudo pode-se compreender que apesar da abundância de vários valores epistêmicos, as cognições científicas não se tornam inerentemente desfavoráveis. Isso porque os conflitos epistêmicos intensificam os debates entre os estudiosos no campo das ciências sociais e atuam como um catalisador para a formação de um verdadeiro e abrangente paradigma.

Construção Paradigmática do Empreendedorismo Social: uma Revisão Sistemática de Literatura

Resumo

O fenômeno do empreendedorismo social emerge no contexto de crise e desafios sociais, econômicos e ambientais como qual as sociedades contemporâneas têm se deparado. Contudo, sua crescente popularidade tem sido acompanhada por um campo de análise que mistura e combina um leque diversificado de ideias e conceitos. Diante desse cenário, este artigo apresenta uma revisão sistemática de literatura acerca do fenômeno empreendedorismo social, discutindo questões que revelam como a epistemologia desse fenômeno vem sendo construída e como estão sendo conduzidas suas orientações paradigmáticas segundo os pressupostos e estruturas de paradigmas trazidas por Burrell e Morgan (1979). Com os achados desse estudo pode-se compreender que apesar da abundância de vários valores epistêmicos, as cognições científicas não se tornam inerentemente desfavoráveis. Isso porque os conflitos epistêmicos intensificam os debates entre os estudiosos no campo das ciências sociais e atuam como um catalisador para a formação de um verdadeiro e abrangente paradigma.

Palavras-chave: Empreendedorismo social. Epistemologia. Paradigma. Revisão de literatura.

1. INTRODUÇÃO

As sociedades contemporâneas têm se deparado com o fenômeno do empreendedorismo social (ES), sendo uma resposta aos desafios impostos por um contexto de crise e problemas sociais, econômicos e ambientais com que se têm vindo a deparar as sociedades contemporâneas. Com o aumento das crises humanitárias e ambientais, assim como a presença de instituições e programas que falham em atender as necessidades sociais emergentes, as iniciativas socialmente empreendedoras e da aplicação de novos modelos que criem valor social e ambiental passa a ter fundamental importância (Nicholls, 2010).

Nesse aspecto, o empreendedorismo social tem muito a contribuir, mas antes precisa resolver um de seus principais problemas: a demasiada fragmentação por parte de pesquisadores acerca do seu conceito. A crescente popularidade do fenômeno tem sido acompanhada por um campo de análise que mistura e combina um leque diversificado de ideias que tentam descrever o ES. Porém, esta flexibilidade dinâmica de noções é a principal causa da aparente falta de clareza do conceito (Nicholls, 2008).

De acordo com Nicholls (2010), são inquestionáveis, nos últimos anos, duas observações de pesquisadores do campo: (i) que não há consenso sobre o que o termo “empreendedorismo social” realmente significa; e (ii) não existe ainda uma agenda de pesquisa claramente definida. Por essa razão, entende-se o ES como uma disciplina em estado pré-paradigmático e que carece de uma epistemologia estabelecida (Kuhn, 2012).

Um paradigma acadêmico estabelecido atrai legitimidade e recursos para um campo de ação, o que é amplamente retido em um estado pré-paradigmático. Contudo, o status atual da pesquisa em ES pode ser conceituado como um campo que ainda não atingiu um consenso paradigmático e que carece de uma “ciência normal” ou de uma epistemologia clara. Uma disciplina se torna uma ciência quando adquire um paradigma, encerrando a fase pré-paradigmática e iniciando uma fase de “ciência normal” (Kuhn, 2012).

Nesse sentido, entende-se que os estudos sobre ES encontram-se no estágio pré-paradigmático, visto que, diante de seu recente surgimento, ainda não puderam consolidar seu paradigma. Para Kuhn (2012), as ciências pré-paradigmáticas não possuem um conjunto hegemônico de ideias fundamentais, ou seja, uma concepção geral com a qual a maioria dos

pesquisadores esteja de acordo e as empregue no desenvolvimento de seus trabalhos (Walter & Da Rocha, 2011).

Diante desse contexto, este trabalho apresenta uma revisão sistemática de literatura acerca do fenômeno ES, discutindo questões que revelam como a epistemologia desse fenômeno vem sendo construída. Coube também identificar como estão sendo conduzidas suas orientações paradigmáticas segundo os pressupostos e a estrutura de paradigmas propostos por Burrell e Morgan (1979). Conforme esses autores, o conceito de ciências sociais deve ser definido segundo quatro conjuntos dimensionais, cada qual tendo extremos que representam conceitos filosóficos opostos: (i) a ontologia; (ii) a epistemologia; (iii) a natureza humana e (iv) a metodologia.

2. A FRAGMENTAÇÃO CONCEITUAL DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Conforme Bacq e Janssen (2011), a recente origem da pesquisa em ES remonta a 1983, quando Young escreveu sobre “empreendedores inovadores sem fins lucrativos” nas linhas da concepção de Schumpeter. Outra contribuição inicial para o campo do ES foi Waddock e Post (1991), quando publicaram um artigo sobre o tema. No entanto, além dessas pesquisas inicialmente isoladas, o conceito de ES não foi utilizado antes dos anos 90. O termo 'empreendedorismo social' surgiu no mundo acadêmico no final dos anos 90 nos Estados Unidos em Boschee (1995), Bornstein (1998), Dees (1998) e Thompson, Alvy e Lees (2000) e no Reino Unido, nos estudos de Leadbeater (1997) e da *School for Social Entrepreneurs* (2002).

Para contribuir para uma melhor compreensão do fenômeno e progredir nesse novo campo de pesquisa, a definição clara dos conceitos-chave é uma necessidade eminente, uma vez que a falta de um paradigma unificador no campo do ES leva à proliferação de diferentes interpretações. Conforme demonstra o Quadro 1, conceitos de ES têm sido frequentemente usadas para expressar a mesma ideia.

Quadro 1: Os principais autores e suas definições fundamentais.

Autores (ano)	Definições
Boschee (1995)	O ES é a ação de 'executivos sem fins lucrativos que prestam maior atenção às forças do mercado sem perder de vista sua missão subjacente, de alguma forma equilibrar os imperativos morais e os motivos do lucro - e esse ato de equilíbrio é o coração e a alma do movimento'
Leadbeater (1997)	ES como 'uma vasta gama de atividades econômicas, educacionais, de pesquisa, bem-estar, sociais e espirituais envolvidas por várias organizações'.
Dees (1998)	ES combina a paixão de uma missão social com uma imagem de disciplina, inovação e determinação.
Bornstein (1998)	O ES da Ashoka é um pioneiro com uma nova e poderosa ideia, que combina criatividade visionária e de resolução de problemas do mundo real, que possui uma forte fibra ética e que é "totalmente possuída" por sua empresa ou na sua visão de mudança.
Thompson, Alvy e Lees (2000)	Empreendedores sociais são pessoas que percebem onde há uma oportunidade de satisfazer alguma necessidade não atendida que o sistema de bem-estar social do Estado não vai ou não pode atender e que reúnem os recursos necessários (geralmente pessoas, geralmente voluntários, dinheiro e instalações) e utilize-os para "fazer a diferença.
Nicholls (2008)	ES é um conjunto de atividades inovadoras e eficazes que se concentram estrategicamente na resolução de falhas do mercado social e na criação de novas oportunidades para agregar valor social sistemicamente usando uma variedade de recursos e formatos organizacionais para maximizar o impacto social e trazer mudanças.

Fonte: Os autores (2020) adaptado de Bacq e Janssen (2011)

Como exposto, essa fragmentação conceitual sugere que o ES está em uma fase pré-paradigmática. Assim, se faz necessária uma mudança paradigmática nas próprias comunidades de pesquisadores em direção a um ponto de vista mais pragmático, para se chegar a um

entendimento mútuo do fenômeno e permitir não apenas abordagens interdisciplinares, mas também de um intercâmbio frutífero entre disciplinas (Lehner & Kansikas, 2013).

3. EPISTEMOLOGIA E OS PARADIGMAS DE BURRELL E MORGAN

A epistemologia é um ramo da filosofia que estuda a origem, a estrutura, os métodos e a validade do conhecimento produzido pelo homem. É o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências, destinado a determinar a sua origem lógica, e não simplesmente psicológica, assim como o seu valor e a sua objetividade. Também, busca verificar se as assertivas do pesquisador sobre os conceitos ontológicos são válidas em relação aos critérios estabelecidos pela comunidade acadêmica. Oportuniza, ainda, ao pesquisador a construção do objeto científico e a definição dos limites da problemática de investigação, levando, em muitos casos, à constante reformulação dos parâmetros discursivos, dos paradigmas e dos critérios de cientificidade que devem orientar todo o processo de investigação (Amboni, Caminha, Andrade, & Fernandes, 2017).

Como sugeriram Burrell e Morgan em seu livro clássico *'Sociological Paradigms and Organizational Analysis'*, publicado em 1979, sobre epistemologia e metodologia nos estudos organizacionais, os paradigmas são definidos a partir de um senso acordado e profundamente assentado, uma forma de ver o mundo e como este deveria ser estudado, e que este ponto de vista é compartilhado por um grupo de cientistas que vivem em uma comunidade marcada por uma linguagem comum, que buscam fundar um edifício conceitual comum, e que são possuídos por uma postura política muito defensiva em relação aos de fora (Burrell, 1998 p.447). Neste livro, os autores analisaram as diferentes vertentes da teoria social e da teoria organizacional, concluindo que estas discussões poderiam ser amparadas por quatro amplas visões de mundo, ou seja, quatro paradigmas. Os critérios de definição destes paradigmas são: (i) a natureza da ciência, (ii) a dimensão subjetiva-objetiva, (iii) a natureza da sociedade e (iv) a dimensão da mudança por regulação ou por via radical.

Como forma de agrupar conceitualmente os quatro paradigmas, o Quadro 2 apresenta de forma resumida cada dimensão proposta por Burrell e Morgan (1979): (i) ontologia (nominalista e realista); (ii) epistemologia (anti-positivista e positivista), (iii) natureza humana (voluntarista e determinista) e (iv) metodologia (ideográfica e nomotética), com seus respectivos significados e abordagens (objetivas ou subjetivas). Esses pressupostos são organizados pelos autores em torno das abordagens objetivistas e subjetivistas da ciência social da seguinte maneira: (i) a abordagem **objetivista** caracterizada como realista, positivista, determinista e nomotética, e (ii) a abordagem **subjetivista** como nominalista, anti-positivista, voluntarista e idiográfica.

Quadro 2. Os quatro pressupostos com seus significados e abordagens.

Dimensão	Significado	Abordagem
Ontologia	Refere-se à essência do fenômeno do ser	
Realista	Considera o mundo social externo e a cognição individual é um mundo real constituído de estruturas rígidas, tangíveis e relativamente imutáveis.	Objetiva
Nominalista	Considera o mundo social externo e a cognição individual são constituídos por nomes, conceitos e rótulos utilizados para estruturar a realidade	Subjetiva
Epistemologia	Refere-se às bases do conhecimento	
Positivista	Tenta explicar e prever o que acontece no mundo social por meio de regularidades e relacionamentos causais entre os seus elementos constituintes. Baseado em abordagens tradicionalmente utilizadas nas ciências naturais.	Objetiva
Anti-positivista	Se coloca contra a utilidade de buscar leis ou identificar regularidades no mundo social. O mundo social é essencialmente relativista e somente	Subjetiva

	pode ser entendido a partir do ponto de vista dos indivíduos diretamente envolvidos nele.	
Natureza Humana	Refere-se à relação entre o homem e o ambiente	
Determinista	Afirma que o homem e suas atividades são completamente determinados pela situação ambiental na qual eles se inserem	Objetiva
Voluntarista	Assume-se o livre arbítrio, a autonomia, e considera que os seres humanos são capazes de criar seus próprios ambientes e de controlá-los, em vez de ser controlados por eles.	Subjetiva
Metodologia	Reflexo das diferentes ontologias, epistemologias e modelos de natureza humana	
Nomotética	Prefere basear a pesquisa em um protocolo sistemático e técnico, valorizando métodos empregados nas ciências naturais como os testes de hipóteses, bem como a generalização e o rigor científico.	Objetiva
Idiográfica	Baseada na visão de que só é possível obter conhecimento de primeira-mão do sujeito sob investigação, de modo que valoriza o seu background e sua história de vida, além de enfatizar a análise das questões subjetivas e os seus insights.	Subjetiva

Fonte: Os autores (2020) adaptado de Burrell e Morgan (1979)

Paralelamente, Burrell e Morgan (1979) também levam em consideração alguns pressupostos sobre a natureza da sociedade, enfatizando o que eles nomeiam como debate entre ordem e conflito. Baseando-se nos conceitos de Parsons (1978) e Dahrendorf (1958), eles apontam duas teorias de sociedade que se ligam às seguintes palavras-chave: (i) a visão de sociedade da ordem a partir da estabilidade, da integração, da coordenação funcional e do consenso e, (ii) a visão de sociedade do conflito relacionada com a mudança, o conflito, a desintegração e a coerção (De Paula, 2016)

Considerando tal categorização problemática, Burrell e Morgan (1979) decidem substituí-la pelas noções de regulação e mudança radical. Introduzem, assim, a sociologia da **regulação**, para se referir a teóricos preocupados em elaborar explicações sobre a sociedade em termos de unidade e coesão, uma vez que se interessam pelo entendimento de forças sociais que previnem a visão hobbesiana de “guerra de todos contra todos” e, em contraste, a sociologia da **mudança radical**, como preocupação básica para encontrar explicações para os conflitos estruturais, os modos de dominação e a contradição estrutural. Além disso, também se interessa pela emancipação humana em relação às estruturas que limitam seu potencial de desenvolvimento; focaliza a privação material e física dos homens e as alternativas à aceitação do status quo. Em síntese, os autores acreditam que a distância que separa a sociologia da regulação da sociologia da mudança radical é similar à que separa a sociologia de Émile Durkheim da sociologia de Karl Marx (De Paula, 2016). A Figura 1 ilustra esses paradigmas.

Figura 1. Paradigmas sociológicos

Sociologia da Mudança Radical		
Subjetivo	Humanismo Radical	Estruturalismo Radical
	Interpretativismo	Funcionalismo
Sociologia da Regulação		
		Objetivo

Fonte: Os autores (2020) adaptado de Burrell e Morgan (1979)

O **paradigma humanista radical** baseia-se no suposto que a realidade social é socialmente criada e sustentada, passível de equívoco e/ou limitação restritivos. Busca investigar as possibilidades e modos de os homens atingirem com eficácia radical a mudança no sentido de transcender as limitações sociais alienantes. Orienta-se pelo entendimento da sociedade segundo uma perspectiva de mudança radical, ou seja, tal qual os modos de

dominação, privação e emancipação. O **paradigma estruturalista radical** apoia-se na visão de sociedade como potencialmente dominada. Contudo, supõe que ela tenha uma existência própria, independente dos significados individuais do cotidiano. Orienta-se pelo entendimento da natureza da sociedade segundo uma sociologia da mudança radical, porém, diferentemente do paradigma humanista radical, de um ponto de vista objetivo. O **paradigma funcionalista** baseia-se nos supostos de que a sociedade tem uma existência real e concreta e uma orientação sistêmica para produzir um estado de relação ordenado e regulado. Os supostos ontológicos garantem a possibilidade da objetividade na ciência social; o cientista mantém-se distante e neutro do cenário que analisa através de métodos e técnicas rigorosas. Também se apoia na possibilidade de generalização dos conhecimentos empíricos. Teorias incluídas nesse paradigma se interessam pelo estudo de *status quo*, ordem social, integração e solidariedade. São exemplos desse grupo a teoria de sistemas sociais, a teoria integrativa e a teoria da ação social. Por fim, o **paradigma interpretativo** baseia-se na visão de que a realidade social não tem existência concreta, mas é produto da experiência subjetiva e intersubjetiva. Para entendê-lo, é preciso captar a percepção dos participantes em ação, em vez do ponto de vista do observador. Assim como o paradigma funcionalista, preocupa-se com a ordem e a regulação no mundo social, contudo, de um ponto de vista subjetivo. Defende a ciência social como uma rede de jogos de linguagem, baseada em arranjos de subjetividade de determinados conceitos e regras que os participantes inventam e seguem (Burrell & Morgan, 1979). O Quadro 3 apresenta os paradigmas propostos por Burrell e Morgan (1979) com suas respectivas abordagens, dimensões e os principais autores referência.

Quadro 3: Os paradigmas abordados pelos principais autores.

Paradigma	Principais autores	Abordagem	Dimensão
Humanista radical	Gramsci, Sartre, Stirner, Bookchin, Lucaks.	Subjetiva	Nominalista, antipositivista, voluntarista e idiográfica
Interpretativista	Weber, Dilthey, Husserl, Gadamer, Schütz.		
Estruturalista radical	Marx, Engels, Plekhanov, Lênin, Bukharin.	Objetiva	Realista, positivista, determinista e nomotética
Funcionalista	Comte, Simmel, Spencer, Durkheim, Pareto.		

Fonte: Burrell e Morgan (1979); Macedo e Boava (2008)

Partindo dessas elaborações, os autores, então, passam a constituir o perfil de cada um dos paradigmas que integram o diagrama. Este modelo passou a fazer parte do cotidiano e imaginário dos pesquisadores das organizações e gerou intensos debates, principalmente, pelo fato de Burrell e Morgan sustentarem que os paradigmas, tal como sugere Thomas Kuhn (2012), são incomensuráveis, ou seja, é necessário realizar uma escolha e se posicionar, pois não seria possível “servir a dois senhores”. Com o passar do tempo, esse debate se radicalizou gerando diversas batalhas entre os pesquisadores, constituindo uma verdadeira guerra paradigmática (De Paula, 2016).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir o objetivo proposto, o presente estudo consistiu em uma revisão sistemática de literatura da produção científica da temática ES. O levantamento de artigos foi realizado na base de dados do *Web of Science - Social Sciences Citation Index (WoS-SSCI)*, entre o período de 2010 a junho de 2020 e, como se pretende identificar a evolução paradigmática do ES, a escolha dessa lacuna temporal justifica-se pela necessidade de compreender esse fenômeno a partir do estudo de Lehner e Kansikas (2013), no qual analisaram o status pré-paradigmático do ES nos artigos publicados entre os anos de 2005 e 2011.

A escolha pela base *WoS-SSCI* considerou seu extenso banco de dados de periódicos revisados por pares representativos, com reconhecimento pela comunidade científica internacional, e pela ênfase na produção científica nas áreas relacionadas às ciências sociais aplicadas, permitindo, de forma preliminar, a utilização de ferramentas bibliométricas e a análise de citações (Crossan & Apaydin, 2010).

Inicialmente, e no intuito de ter uma maior amplitude na pesquisa, foi pesquisado o termo “empreendedorismo social” no idioma inglês, “*social entrepreneurship*” na opção de busca “Tópico”. A pesquisa resultou em 1934 artigos. Verificando seus resumos, constatou-se uma variação muito ampla e que não estava de acordo com o tema a ser pesquisado. Diante disso, optou-se pela busca do termo na opção chamada “Título”, com um achado total de 799 publicações. Constatou-se, nesse levantamento, que as publicações estavam divididas em 488 artigos, 200 artigos em processo de publicação e 26 revisões, em mais de 100 periódicos diferentes e com autoria de 57 autores com, pelo menos, três publicações efetuadas. Percebeu-se, também, a participação de 40 instituições com ao menos cinco publicações realizadas. Identificou-se, ainda, publicações em mais de 100 categorias diferentes. De forma resumida, o Quadro 4 apresenta as 12 categorias com pelo menos 20 publicações cada.

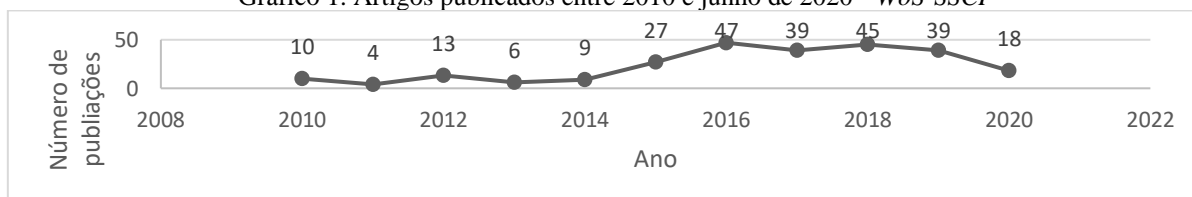
Quadro 4. Quantidade de artigos por categorias - *WoS-SSCI*

<i>Business</i> (330)	<i>Management</i> (197)	<i>Economics</i> (103)
<i>Education educational research</i> (63)	<i>Social issues</i> (41)	<i>Social sciences interdisciplinary</i> (38)
<i>Ethics</i> (26)	<i>Public administration</i> (26)	<i>Regional urban planning</i> (25)
<i>Development studies</i> (24)	<i>Green sustainable science technology</i> (21)	<i>Hospitality leisure sport tourism</i> (21)

Fonte: elaborado pelos autores (2020)

Contudo, para atingir o objetivo da pesquisa e para se ater à área de interesse, se fez necessário analisar apenas os artigos publicados e revisados por pares nas categorias *Business* e *Management*. Após esse refinamento, entre 2010 e junho de 2020 foram identificados 257 artigos. A evolução da quantidade de publicações durante esses anos pode ser verificada no Gráfico 1.

Gráfico 1. Artigos publicados entre 2010 e junho de 2020 - *WoS-SSCI*



Fonte: elaborado pelos autores (2020)

Em seguida, ainda como forma de refinamento, foram escolhidos apenas os artigos publicados nos 10 *journals* com a maior quantidade de artigos publicados e com os maiores fatores de impacto, sendo eles: *Journal of social entrepreneurship*; *Journal of business ethics*; *Entrepreneurship and regional development*; *Journal of business research*; *Social enterprise journal*; *Academy of management learning education*; *International journal of contemporary hospitality management*; *Journal of business venturing*; *Journal of small business management*; *Entrepreneurship theory and practice*.

Esta classificação permitiu a seleção de 105 artigos, dos quais foram possíveis a leitura, na íntegra, de 95 artigos, considerando que 10 destes artigos não estavam disponíveis em suas bases para *download* gratuito. A partir da análise destes artigos, permitiu-se analisar a construção paradigmática do fenômeno ES conforme os pressupostos propostos por Burrell e Morgan (1979).

5. DISCUTINDO O STATUS PRÉ-PARADIGMÁTICO

Lehner e Kansikas (2013) e Nicholls (2010b) observaram que, devido à falta de uma epistemologia clara e consistente, existe uma fragmentação conceitual nos estudos sobre ES, o que pode explicar a predominância de estudos de casos descritivos e análises transversais de dados secundários (Corner & Ho, 2010; Datta & Gailey, 2012; Haugh & Talwar, 2016; Pelucha, Kourilova & Kveton, 2017; Chandra, 2017; De Avillez, Greenman & Marlow, 2020). Essa predominância têm sido a base dos métodos de pesquisa até o momento. Costanzo et al. (2014) e Lewis, (2016), afirmam que essa abordagem pós-positivista seja adequada e apropriada para a realização das pesquisas sobre ES.

Dessa forma, ganhos crescentes estão sendo conquistados em termos de aceitação e defesa dos méritos das abordagens pós-positivistas, porém, em crítica a esse posicionamento, Lindgren e Packendorff (2009) apontam que o ES é, em essência, o construcionismo social em ação, pois deve ser construído em, dentro e através de processos sociais que articulam, desafiam e quebram padrões estabelecidos. Nessa linha, Chell (2007) aponta o construcionismo social como uma abordagem mais adequada para o estudo do ES, pois considera o ES como uma abordagem baseada em princípios de voluntarismo, comportamento ético e de missão social e que, portanto, deve ser compreendido a partir de uma visão mais interpretativista. Laeis e Lemke (2016) trazem um estudo baseado no paradigma do construcionismo social, assumindo que os indivíduos criam realidades sociais por meio de ações individuais e coletivas, nos quais em um determinado momento e lugar tomam como real a construção de suas visões e ações.

Por sua vez, Lewis (2016) sugere que as narrativas que sustentam os processos de construção social são um terreno fértil para a exploração do desenvolvimento do ES e de suas manifestações no desenvolvimento da identidade dos indivíduos. Nicolopoulou (2014) cita há necessidade de um maior envolvimento do construcionismo social no campo do ES para facilitar o destaque das suas múltiplas perspectivas, assim como os papéis e as interações dos agentes envolvidos. Embora a maioria das pesquisas sobre ES seja mais positivista e funcionalista, há indicações para que os estudiosos sigam abordagens mais interpretativista e/ou construcionista.

Nesse ínterim, vale ressaltar que, na literatura sobre ES assim como na literatura clássica sobre empreendedorismo, há uma visão predominantemente voltada à 'sociologia da regulação' (Grant & Perren 2002). Contudo, abordagens com visões mais 'radicais' são comuns, principalmente quando suas abordagens expõem relações de conflito, poder, emancipação, potencialidade e futuro.

Lehner and Kansikas (2011), apontam que a maioria das pesquisas sobre ES se enquadram no paradigma interpretativista ou funcionalista, mas com uma pequena proporção dele dentro do estruturalismo radical ou humanismo radical. Contudo, possivelmente, devido aos preconceitos adversos em relação a abordagens mais radicais, essa visão não é tão óbvia como, por exemplo, no clássico de Karl Marx e, geralmente, se oferece quase que de forma subliminar nos artigos (Lehner & Kansikas, 2013).

Porém, em contraponto a essa exposição mais tímida, até então percebida, das abordagens 'sociológicas das mudanças radicais', os artigos mais recentes expõem essa visão radical de forma mais clara e explícita. Nessa linha, Newey (2017) refere-se aos empreendedores sociais como engenheiros sociais que buscam mudanças revolucionárias para problemas sistêmicos. A *Skoll Foundation* promove mudanças em larga escala investindo, conectando e celebrando empreendedores sociais e inovadores sociais que ajudam a resolver os problemas mais prementes do mundo e em líderes capazes de promover a mudança (Skoll 2020).

Trigkas et al. (2020) concluíram que o desenvolvimento do ES requer várias mudanças estruturais dentro das instituições, nas redes que apoiam a criação de novas formas de

cooperação e nas pontes que ligam a ciência e a economia. Assim, como para Jarrodi et al. (2019), os discursos dos empreendedores sociais estão politicamente situados e enraizados em contextos institucionais capazes de adotar o conceito de ideologia política para ajudar a ‘re-politizar’ o campo do ES e, conseqüentemente, "mudar o mundo".

Diante disso, entende-se que as diferentes abordagens paradigmáticas trazidas pelos diversos autores ampliam diferentes componentes de definição que levam à perplexidade e ambigüidade. Contudo, cabe destacar que, apesar da abundância de vários “valores epistêmicos”, as cognições científicas em qualquer área do conhecimento não são inerentemente desfavoráveis, pois potencialmente intensificam os debates entre os estudiosos no campo das ciências sociais e atua como um catalisador para a formação de um verdadeiro e abrangente paradigma.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas sobre ES iniciaram seu desenvolvimento na arena acadêmica no final dos anos 90 e, por ser uma área relativamente nova no campo das ciências sociais (Nicholls, 2010), é razoável que existam visões, paradigmas e teorias concorrentes (Alegre, Kislenko & Berbegal-Mirabent, 2017). Entendendo que a estrutura paradigmática é importante para a construção de qualquer teoria e, portanto, também para a construção dos fundamentos teóricos existentes no campo do ES, este trabalho se propôs a apresentar a construção paradigmática do ES segundo os pressupostos propostos por Burrell e Morgan (1979): (i) ontologia, (ii) epistemologia, (iii) natureza humana e (iv) metodologia.

Ontologicamente, percebe-se uma recente guinada da vertente realista para uma abordagem mais nominalista. Essa tendência vem sendo acompanhada pela utilização das “narrativas ontológicas”. Por meio de declarações, essa abordagem provoca nos pesquisadores uma nova forma de compreender o mundo. Seus movimentos visam romper as visões ultrapassadas e criam os mecanismos e os novos relacionamentos necessários para iniciar um novo processo de criação de mundo (Montessori, 2016). Portanto, parece natural, como já observado nos recentes estudos, uma visão mais interpretativista dos pesquisadores. Destaca-se também, nesse ínterim, estudo que adotam os pressupostos do paradigma do construcionismo social, pois, com sua utilização buscam identificar os processos por meio dos quais as pessoas descrevem, explicam e compreendem o mundo em que vivem. Além de questionar sobre tudo aquilo que é considerável como óbvio ou natural. (Iñiguez, 2001).

Com base nos achados desse estudo, foi possível compreender, corroborando com o estudo de Lehner e Kansikas (2013), que o ES não deve ser analisado apenas sob uma visão puramente positivista, pois, por muitas vezes, tem se apresentado como um fenômeno construído voluntariamente por meio das narrativas e da política. Conclui-se que apoiar o crescimento e o estabelecimento do ES como um campo dedicado se torna fundamental para se obter uma definição clara e uma epistemologia estabelecida (Arend, 2020). Por isso, embora tenha havido um começo sólido na construção de teorias no campo do ES, ainda há muito trabalho a ser feito para preencher as lacunas paradigmáticas ainda existentes.

REFERÊNCIAS

- Alegre, I., Kislenko, S., & Berbegal-Mirabent, J. (2017). Organized chaos: mapping the definitions of social entrepreneurship. *Journal of Social Entrepreneurship*, 8(2), 248-264.
- Amboni, N., Caminha, D. O., de Andrade, R. O. B., & Fernandes, M. (2017). Abordagem multiparadigmática em estudos organizacionais: avanços e limitações. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, 10(5), 808-827.

- Arend, R. J. (2020). Modelling social entrepreneurship: Consideration of the reacting forces. *Journal of Social Entrepreneurship*, 1-18.
- Bacq, S., & Janssen, F. (2011). The multiple faces of social entrepreneurship: A review of definitional issues based on geographical and thematic criteria. *Entrepreneurship & Regional Development*, 23(5-6), 373-403.
- Bornstein, D. (1998). Changing the world on a shoestring. *Atlantic Monthly*, 281(1), 34-38.
- Boschee, J. (1995). Social entrepreneurship. *Across the board*, 32(3), 20-23.
- Burrell, G., & Morgan, G. Sociological Paradigms and Organisational Analysis, 1979. London: Heinmann.
- Burrell, G. (1998). Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise. *Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1*, 439-462.
- Chandra, Y. (2017). Social entrepreneurship as emancipatory work. *Journal of Business Venturing*, 32(6), 657-673.
- Chell, E. (2007). Social enterprise and entrepreneurship: Towards a convergent theory of the entrepreneurial process. *International small business journal*, 25(1), 5-26.
- Corner, P. D., & Ho, M. (2010). How opportunities develop in social entrepreneurship. *Entrepreneurship theory and practice*, 34(4), 635-659.
- Costanzo, L. A., Vurro, C., Foster, D., Servato, F., & Perrini, F. (2014). Dual-Mission Management in Social Entrepreneurship: Qualitative Evidence from Social Firms in the United Kingdom. *Journal of Small Business Management*, 52(4), 655-677.
- Crossan, M. M., & Apaydin, M. (2010). A multi-dimensional framework of organizational innovation: A systematic review of the literature. *Journal of management studies*, 47(6), 1154-1191.
- Dahrendorf, R. (1958). Toward a theory of social conflict. *Journal of conflict Resolution*, 2(2), 170-183.
- Datta, P. B., & Gailey, R. (2012). Empowering women through social entrepreneurship: Case study of a women's cooperative in India. *Entrepreneurship theory and Practice*, 36(3), 569-587.
- De Avillez, M. M., Greenman, A., & Marlow, S. (2020). Ethical judgments about social entrepreneurship in Sub-Saharan Africa: The influence of spatio-cultural meanings. *Journal of business ethics*, 161(4), 877-892.
- Paula, A. P. P. D. (2016). Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o Círculo das Matrizes Epistêmicas. *Cadernos Ebape. br*, 14(1), 24-46.
- De Paula, A. P. P. (2016). *Repensando os estudos organizacionais: para uma nova teoria do conhecimento*. Editora FGV.
- Dees, J. G. (1998). The meaning of "social entrepreneurship." Comments and suggestions contributed from the Social Entrepreneurship Founders Working Group. *Durham, NC: Center for the Advancement of Social Entrepreneurship, Fuqua School of Business, Duke University*.
- Grant, P., & Perren, L. (2002). Small business and entrepreneurial research: Meta-theories, paradigms and prejudices. *International Small Business Journal*, 20(2), 185-211.
- Haugh, H. M., & Talwar, A. (2016). Linking social entrepreneurship and social change: The mediating role of empowerment. *Journal of Business Ethics*, 133(4), 643-658.
- Iñiguez, L. (2002). Construcionismo social e psicologia social. *Temas em análise institucional e em construcionismo social. São Carlos: RiMa*, 127-56.
- Jarrodi, H., Byrne, J., & Bureau, S. (2019). A political ideology lens on social entrepreneurship motivations. *Entrepreneurship & Regional Development*, 31(7-8), 583-604.
- Kuhn, T. S. (2012). *The structure of scientific revolutions*. University of Chicago press.
- Laeis, G. C., & Lemke, S. (2016). Social entrepreneurship in tourism: Applying sustainable livelihoods approaches. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*.
- Leadbeater, C. (1997). *The rise of the social entrepreneur* (No. 25). Demos.

- Lehner, O. M., & Kansikas, J. (2013). Pre-paradigmatic status of social entrepreneurship research: A systematic literature review. *Journal of Social Entrepreneurship*, 4(2), 198-219.
- Lehner, O. M., & Kansikas, J. (2011, July). Social entrepreneurship research across disciplines: paradigmatic and methodological considerations. In *EMES Conference Series, 3rd EMES International Research Conference, Roskilde University* (pp. 4-7).
- Lewis, K. V. (2016). Identity capital: an exploration in the context of youth social entrepreneurship. *Entrepreneurship & Regional Development*, 28(3-4), 191-205.
- Lindgren, M., & Packendorff, J. (2009). Social constructionism and entrepreneurship. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*.
- Macedo, F. M. F., & Boava, D. L. T. (2008). Dimensões epistemológicas da pesquisa em empreendedorismo. *XXXII Encontro ANPAD. Rio de Janeiro/RJ*, 06-10.
- Montesano Montessori, N. (2016). A theoretical and methodological approach to social entrepreneurship as world-making and emancipation: social change as a projection in space and time. *Entrepreneurship & Regional Development*, 28(7-8), 536-562.
- Newey, L. R. (2018). 'Changing the system': Compensatory versus transformative social entrepreneurship. *Journal of Social Entrepreneurship*, 9(1), 13-30.
- Nicholls, A. (Ed.). (2008). *Social entrepreneurship: New models of sustainable social change*. OUP Oxford.
- Nicholls, A. (2010). The legitimacy of social entrepreneurship: Reflexive isomorphism in a pre-paradigmatic field. *Entrepreneurship theory and practice*, 34(4), 611-633.
- Nicolopoulou, K. (2014). Social entrepreneurship between cross-currents: toward a framework for theoretical restructuring of the field. *Journal of Small Business Management*, 52(4), 678-702.
- Parsons, T. (1978). *Action theory and the human condition*. Free Press.
- Pavlov, R. N. (2018). Political Economy-a Theoretical and Methodological Framework for Identifying Main Trends in Social Entrepreneurship Development. *Economic and Social Changes: Facts, Trends, Forecast*, 11(4), 235-251.
- Pelucha, M., Kourilova, J., & Kveton, V. (2017). Barriers of social entrepreneurship development—a case study of the Czech Republic. *Journal of Social Entrepreneurship*, 8(2), 129-148.
- Skoll. 2020. <http://skoll.org/about/about-skoll/>. Acessado em junho de 2020.
- Thompson, J., Alvy, G., & Lees, A. (2000). Social entrepreneurship—a new look at the people and the potential. *Management decision*.
- Trigkas, M., Partalidou, M., & Lazaridou, D. (2020). Trust and Other Historical Proxies of Social Capital: Do They Matter in Promoting Social Entrepreneurship in Greek Rural Areas?. *Journal of Social Entrepreneurship*, 1-20.
- Waddock, S. A., & Post, J. E. (1991). Social entrepreneurs and catalytic change. *Public administration review*, 393-401.
- Walter, S. A., & da Rocha, D. T. (2011). A contribuição de Thomas Kuhn para a produção científica em Administração. *Revista de Ciências da Administração*, 13(30), 11-38.